



# Jornal da ASBIN

Jornal da Asbin, mai/2014

Informativo da Associação dos Servidores da Agência Brasileira de Inteligência Brasília-DF

Ano 4 / N° 26

NOVIDADES | Todo associado, há mais de cinco anos, pode inscrever chapa

## Vem aí...

### ELEIÇÕES 2014 ASBIN

## Eleições para ASBIN

As eleições para renovação da diretoria da Associação dos Servidores da Abin (ASBIN) ocorrem em outubro de 2014. Todos os associados da ASBIN, com mais de cinco anos de filiação, têm o direito de inscrever chapa para concorrer às elei-

ções, conforme o estatuto social da entidade.

A ASBIN vai elaborar um cronograma, com prazo de inscrição, regras, data de eleição e posse.

Página 5

VITÓRIA | Mandato classista remunerado com mais liberados

## Senado aprova mandato classista remunerado

O dia 28/05 foi considerado histórico para várias entidades sindicais classistas. Foi aprovada a MP 632/13, no Plenário do Senado Federal. A Medida Provisória cria licença com remuneração para mandato classista, com aumento do número de liberados e reajusta salários de várias categori-



as. A matéria segue para sanção presidencial.

Depois de várias mobilizações, a vitória.

Página 7

PEC 555/2006 | Manifesto é organizada

## Grande manifestação

Grande ato público está sendo organizado (ainda sem data definida) para pressionar a votação da PEC 555/2006. Ela acaba gradativamente com a taxaço

dos aposentados. A Proposta de Emenda à Constituição está pronta para o Plenário da Câmara e conta com requerimentos de quase 450 deputados pedindo a votação imediata.



Página 3

## Amil Dental comunica reajuste de plano dentário em 15%

Página 8

## Deputados e secretário da Previdência se reúnem com CCJ para PEC 555

Página 2

PEC 555/2006 | A diretoria da ASBIN tem acompanhado

## Deputados Vicentino e Erica Kokay e secretário da Previdência Dr. Gabas se reúnem com a CCJ

No último dia 27 de maio, o presidente da ASBIN, Robson Vignoli, e representantes das demais associações, sindicatos e centrais nacionais estiveram presentes na sessão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, ao lado dos deputados federais Vicentino (PT/SP) e Erica Kokay (PT/DF) e do secretário-Executivo do Ministério da Previdência, Carlos Eduardo Gabas. O motivo da reunião é a tentativa de pautar, em regime de prioridade, a Proposta de Emenda à Constituição 555/2006.

Se aprovada, tal Proposta extinguirá a contribuição previ-



denciária de servidores aposentados e pensionistas, instituída pela Reforma da Previdência durante o primeiro mandato do presidente Lula (Emenda Constitucional nº 41/2003).

“Temos que sensibilizar o governo (Casa Civil e Fazenda)”, destacou o deputado Vicente Paulo da Silva, conhecido como Vicentino.



### Jornal da ASBIN

Informativo da Associação dos Servidores

da Agência Brasileira de Inteligência  
**Presidente:** Robson Vignoli

**Jornalista responsável:** Ana Carolina Madeira SC-01554-JP

**Editoração:** Ana Carolina Madeira

**Tiragem** – 2 000 exemplares

**Periodicidade** – Mensal

**Impressão** – Cidade Gráfica e Editora

**End.:** Setor Policial Sul Quadra1 Bloco W  
CEP 70610-200 Brasília-DF

**Tel.:** 61 3445-1997/**Fax.:** 3445-8661

**E-mail:** secretaria@asbin.org.br/**Site:**  
www.asbin.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição da associação.

Por motivo de espaço ou clareza poderão ser reduzidas.



REPRESENTANTES DE CLASSE | Manifesto pela aprovação da PEC 555/2006

## Manifesto

### CHEGA DE CONFISCO: PELA APROVAÇÃO DA PEC 555/2006

Fim da taxaçoão previdenciária do aposentado, JÁ!

Já passou da hora de corrigir uma das maiores injustiças cometidas no Brasil: a contribuição previdenciária dos trabalhadores aposentados do serviço público.

São mais de dez anos do pagamento de valores devidos – na verdade, um confisco do governo sobre os proventos de quem já contribuiu por toda a vida laboral e, absurdamente, tem de continuar pagando depois de aposentado.

O governo diz que não pode abrir mão da arrecadação da inaceitável taxaçoão dos aposentados. O que os governantes escondem é que todo o valor arrecadado com este nefasto confisco não representa sequer 10% do que o próprio governo vem concedendo em isenções fiscais e desonerações para as empresas.

Pior, o governo acaba de anunciar que as tais desonerações da folha de pagamento agora são permanentes, numa



medida que dá um claro prejuízo de R\$ 21,6 bilhões ao orçamento da Seguridade Social. É dinheiro que sai dos benefícios dos trabalhadores para os bolsos dos empresários.

Está clara a opção do governo dito dos trabalhadores pelos patrões. E é para este descaso com o verdadeiro trabalhador que gritamos: BASTA!

É hora de votar já a PEC 555/2006, que acaba gradativamente com a taxaçoão dos aposentados. A Proposta de Emenda à Constituição está pronta para o Plenário da Câmara e conta com requerimentos de quase 450 deputados pedindo a votação imediata.

Se a maioria absoluta dos parlamentares concorda com a votação, por que ela não

acontece? Mais uma vez o Palácio do Planalto mostra suas garras e interfere diretamente na agenda do Legislativo, impedindo que a matéria seja pauta. Este é um comportamento inaceitável e que fere os limites impostos pela democracia – democracia esta construída com sangue do trabalhador brasileiro.

Pelo fim de uma injustiça histórica, pelo reconhecimento da importância do trabalhador do serviço público, pela garantia da legalidade, pela independência dos Poderes da República, pela autonomia do Legislativo, pela preservação dos princípios democráticos, exigimos:

**VOTAÇÃO IMEDIATA DA PEC 555/2006!**





## **APOSENTADOS AGUARDEM!!!! GRANDE ATO PÚBLICO**

Convocação para um grande ato no Congresso Nacional para aprovar a **PEC 555 / 2006**. *Se aprovada, extingue a contribuição previdenciária dos servidores aposentados e pensionistas que foi instituída pela Reforma da Previdência do primeiro governo Lula (Emenda Constitucional nº 41/2003).*

**Aguardem, precisamos de vocês!**  
**CHEGA DE DESRESPEITO AOS APOSENTADOS!!!**

**“PRA QUE PAGAR PREVIDÊNCIA, SE JÁ ESTOU APOSENTADO?”**

DIRETORIA | Eleições para a direção da ASBIN

## Eleições para direção da Associação dos Servidores da Abin ocorrem no próximo semestre

# Vem aí...

# ELEIÇÕES 2014

# ASBIN



As eleições para renovação da diretoria da nossa Associação dos Servidores da Abin, ASBIN, vão ocorrer em outubro de 2014. Todos os associados da ASBIN, com mais de cinco anos de filiação, têm o direito de inscrever chapa para concorrer às eleições, conforme o estatuto social da entidade.

Nos dias das eleições associativas, haverá uma urna fixa na Sede e mais duas itinerantes (Refeitório e outra DIE). Nas demais Superintendências Estaduais, uma única urna em cada. É muito importante a participação nas eleições de todos os associados.

A ASBIN vai elaborar um CRONOGRAMA, com PRAZO DE INSCRIÇÃO, REGRAS, DATA de ELEIÇÃO e POSSE. Cada Superintendência Estadual em nossa base tem direito a eleger um delegado(a) titular e um delegado(a) substituto (a). O mandato é de três anos.

**Mas afinal, qual o papel de um(a) DELEGADO(a) DA ASSOCIAÇÃO ?**

O delegado regional desempenha um papel fundamental na organização por local de trabalho e tem a importante missão de ser um

elo entre a direção da Associação e a categoria.

Também são responsabilidades do delegado regional:

- Trabalhar no sentido de organizar a categoria pela base, buscando seu fortalecimento para as lutas;
- Contribuir na preparação, convocação e organização das assembleias gerais, específicas e demais reuniões da categoria;
- Definir propostas a serem levadas à Direção Executiva;
- Estabelecer negociações com as empresas para oferecer convênios locais;
- Informar a Diretoria Executiva sobre negociações ocorridas em sua unidade e sempre consultá-la da participação na resolução de conflitos.

Aguardem. Divulgaremos o calendário em breve.



MP 632/2013 | ASBIN também esteve na reunião

## Servidores pedem apoio de Renan para aprovar MP que libera representante classista

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), recebeu em seu gabinete, no dia 27, representantes de seis centrais sindicais e 20 associações e sindicatos de servidores públicos federais, estaduais e municipais. Eles pediram a aprovação da Medida Provisória (MP) 632/2013, que permite liberar o servidor no exercício de mandato classista com ônus para o poder público.

A MP 632/2013 no início tratava de várias mudanças nas carreiras de servidores públicos no âmbito federal, mas



os sindicatos e associações conseguiram, durante a votação na Câmara dos Deputados, uma mudança que possibilita a licença com vencimento de até dois servidores para entidades

com até cinco mil filiados; quatro servidores para aqueles que tiverem até 30 mil filiados; e acima desse número, a liberação de oito servidores.

Renan Calheiros recebeu das mãos de Lineu Mazano, Secretário Geral da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB, um documento assinado por várias categorias pedindo a aprovação da MP, que está na pauta de votações do Plenário do Senado.

*Fonte e foto: Agência Senado*

MOBILIZAÇÃO PARA MP 632/2013 | Mais reuniões para organizar

## Nova Central e sindicalistas mobilizados para votação da MP 632/2013

No dia 29 de maio, ocorreu uma reunião da Executiva Nacional da Nova Central Sindical entre vários sindicalistas que estão mobilizados pela aprovação da MP 632 (PLV 0-5/2014). O encontro serviu para montar a estratégia para a votação da ordem do dia no Senado que foi realizada no mesmo dia após, às 14 horas. Diretores e sindicalistas da Nova Sindical articularam a aprovação da licença com remuneração para desempenho do

mandato classista.

Depois da pressão, foi publicada no Diário Oficial da União a Medida Provisória, onde também são reajustados os salários de cerca de sete mil servidores federais. Uma das emendas à MP define a licença remunerada aos servidores públicos que forem eleitos para mandatos em confederações, federações, sindicatos e associações de várias categorias. Além disso, os salários dos eleitos em atividade



sindical, associativo ou federativo, serão custeados pela União. A MP teria que ser aprovada até o início de junho para não perder validade. A licença classista remunerada representa um importante avanço.

VITÓRIA | É aprovado mandato classista remunerado

## Senado aprova mandato classista remunerado e liberação de mais dirigentes



Dia histórico para o conjunto das entidades sindicais classistas. O Plenário do Senado Federal aprovou no dia 28 /05 a Medida Provisória (MP - 632/13) que garante aos servidores públicos a liberação sindical com remuneração. A matéria segue, agora, para sanção presidencial.

O presidente da ASBIN, Robson Vignoli acompanhou a votação ao lado da tribuna da casa legislativa. Agora, o destino de milhares de dirigentes sindicais está nas mãos da presidente Dilma Rousseff, que pode sancionar ou vetar o projeto.

Sem precedentes em termos de unidade sindical, a ação articulada das entidades conseguiu, em embate com a base do governo no Congresso, garantir a restituição de um direito retirado dos servidores no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1997.

O texto aprovado estipula



O suplente de senador José Antônio Medeiros (PPS/MT) ao lado de Marly Bertolino (da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil), Lineu Mazano (secretário Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores), Cintia Rangel (presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais em Campo Grande), Alexey van der Broocke (presidente do Sinditamaraty) e Robson Vignoli (presidente da ASBIN)

licença com remuneração para desempenho do mandato seja para dirigentes de confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional, sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão.

Outra grande conquista se dá quanto ao número de servidores liberados para o exercício do mandato classista. A matéria aprovada estabelece

que sindicatos de até 5 mil associados possam contar com dois servidores; de 5.001 a 30 mil associados, com quatro servidores; e de mais de 30 mil associados com oito servidores. O Estatuto do Servidor Público Federal (Lei 8.112/1990) permite, atualmente, máximo de três servidores.

*\*Com informações da Agência Senado*

PLANO DENTAL | Reajuste será de 15%

## Amil Dental comunica reajuste de plano



A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) é a reguladora de planos de saúde do Brasil e publica anualmente o índice autorizado para reajuste dos planos médico-

hospitalares, com ou sem cobertura odontológica.

O índice normalmente é divulgado em maio, com validade de um ano e só pode ser repassado ao consumidor na data de aniversário de cada contrato. Tomando por base os indicadores da saúde, o reajuste será de 15%, para a competência maio de 2014.

A Agência orienta que, ao receberem os boletos, os consumidores devem observar se o porcentual e o valor absoluto do aumento estão devidamente identificados. Em caso de dúvidas, o consumidor deve entrar em contato com a empresa através do telefone 3003-1332 Amil Brasília e Região Metropolitana e 0800.703-9800 demais localidades.

UTILIDADE PÚBLICA | Como fazer a portabilidade de banco

## Regras para levar empréstimo para outro banco

Transferir empréstimo e financiamento de um banco para outro, sem burocracia e custos adicionais é conhecida como portabilidade do crédito. Esta prática existe desde setembro de 2006.

O Banco Central adotou as novas regras de portabilidade de crédito no intuito de estimular a concorrência no setor e permitir aos clientes acesso a melhores taxas e condições de pagamentos.

O primeiro passo para fazer a portabilidade de crédito é pedir ao banco atual um Demonstrativo da Evolução da



Dívida (DED) com todas as informações do financiamento.

Uma vez com o documento em mãos, o cliente poderá buscar outras instituições que ofereçam melhores condições. No entanto, apenas a taxa de juros poderá ser alterada - o prazo e o valor da parcela devem ser menores ou iguais ao

do empréstimo original.

O banco credor da dívida tem 24 horas para disponibilizar todas as informações necessárias ao devedor sobre seu empréstimo, como número do contrato, saldo devedor, modalidade e taxa de juros.

Mas o servidor deverá COMPARECER PESSOALMENTE ao banco onde efetuou o empréstimo ou financiamento, assinar um requerimento de solicitação e ao retornar ao banco para pegar seu Demonstrativo assinando que recebeu.

*Mais informações:*

<http://www.bcb.gov.br/?PORTABILIDADEFAQ>